

Resumo: Embora ainda não seja vastamente estudado no domínio da Ciência da Informação, o documento fotográfico constitui um desafio para as práticas de tratamento da informação nas estruturas documentais, nomeadamente nos arquivos. As novas tecnologias e a presença assídua de dispositivos de captura de imagem podem levar à banalização do tratamento da fotografia e é nesse sentido que devem ser assegurados mecanismos de gestão de informação que permitam, não só a descrição fiel do documento fotográfico, mas que inculquem ferramentas de trabalho que potenciem a organização e recuperação da informação céleres e eficazes.

Palavras-chave: Arquivo fotográfico; Documento fotográfico; Tratamento da informação

Abstract: Although it is not widely studied in the field of the Information Sciences, the photographic document constitutes a challenge to the practices of processing information in documental structures, namely in archives. New technologies and the constant presence of devices that capture images can lead to the trivialization of photo treatment and, for that reason, information management mechanisms must be guaranteed so they can allow not only the exact description of the photographic document but also instill work tools that enhance the organization and recovery of information in a fast and effective way.

Keywords: Photographic archives; Photographic document; Information Processing

1. Introdução

Nos dias de hoje, o documento fotográfico constitui um desafio para aqueles que se dedicam às práticas do tratamento de informação. Embora este constitua um exemplo real de documento que possui um suporte e informação, nem sempre é visto pelos profissionais de informação como uma prioridade. Tal facto pode ser justificado por dois motivos principais. Em primeiro lugar, realçar o facto de vivermos na chamada Era da Informação e que vem alinhada com o avanço tecnológico e o exponencial crescimento de dispositivos tecnológicos de captura da imagem que tendem a banalizar o documento fotográfico que, inevitavelmente, acaba por estar ao alcance de qualquer um. Em segundo lugar, lembrar que a maioria dos documentos existentes para tratamento em centros de documentação ainda são de carácter textual e, por isso, o documento fotográfico acaba por ser deixado para segundo plano.

Com este trabalho pretende-se alargar o estudo do documento fotográfico na Ciência da Informação, particularmente nos arquivos, criando uma maior consciencialização da importância que lhe deve ser dada e suscitar o interesse por parte dos profissionais de informação sobre questões no domínio da fotografia.

2. O documento fotográfico

2.1. Descrição morfológica

O caráter científico dado ao documento fotográfico data já desde o século XIX e era visto, essencialmente, como uma réplica da realidade que se transformava numa «perfeita imitação do seu objeto de duplicidade» (SERÉN, 2013:184).

Roland Barthes (2012:28) vê na fotografia a única forma de atingir a veracidade de algo, pois «nela, um cachimbo é sempre um cachimbo, infalivelmente». Para o autor de *A Câmara clara* o documento fotográfico permite a confirmação do real; é, no fundo, uma prova do que aconteceu. A fotografia cresceu, não é estanque e o seu crescimento permitiu a conquista da liberdade de expressão e o respeito pela linguagem visual. Ainda Barthes (2012:75) diz que o objetivo do documento fotográfico sempre foi, acima de tudo, garantir a diversidade na comunicação com o outro, por isso, não é estranho afirmar que a fotografia é um órgão de comunicação tão capaz como outro qualquer.

Segundo Serén (2013:183-184), o documento fotográfico deve ser visto como um objeto social, pertencente a uma sociedade de informação e comunicação, pois esta caracteriza-se pela sua capacidade de registo, em que são anotadas todas as transações de uma sociedade transversal e global. Serén afirma ainda que, tal como os restantes tipos de documentos, a fotografia é um ato social que exige a presença daqueles que são chamados os seus elementos básicos. Estes são a intenção, relacionada com a vontade, a expressão, que está intrinsecamente ligada à maneira de exteriorizar uma ideia e a inscrição, que é importante para manter os dois elementos anteriores.

No que diz respeito à posição que o documento fotográfico ocupa no tratamento documental, Henrique (2010:20) vê-a como incerta, sem detalhe e incompleta. Prova disso são os lugares duvidosos onde alguns destes documentos são acondicionados, descuidando o seu tratamento. Citando esta autora, «considerar este documento enquanto ato fotográfico equivale a considerar este documento como integrante em um processo documental (ou processo de registo) que se pretende recuperar». A autora chega mesmo a afirmar que é através dessa recuperação, que é possível encontrar o contexto do documento, constituindo, assim, como uma propriedade do processo arquivístico.

O trabalho realizado com os documentos fotográficos é vasto dada a complexidade destes e a dimensão da imagem não pode ser posta de parte no trabalho documental e na importância dada às variadíssimas representações que o documento fotográfico possibilita. Para Lacerda (2012:284) as imagens comportam diversas funcionalidades e a capacidade de registo de ações e de informação é uma das mais importantes. É impossível dissociar a imagem da sua competência de ser portadora de materialidade e de recursos de comunicação e expressão distintos, uma vez que só assim é possibilitada a diferenciação dos registos que a massa documental contém.

No seu artigo publicado na revista *Cadernos BAD*, Boccato e Fujita (2006:86) esmiúçam a questão da linguagem fotográfica, acabando por desenvolver uma espécie de ciclo em que afirmam que «a fotografia, como texto visual, possui um enunciado, uma textualidade, uma narrativa», isto é, a fotografia, como meio de comunicação que é, possui um emissor que é própria imagem fixa, um recetor, que será o consumir da imagem e um mediador que neste caso se trata da linguagem fotográfica.

2.2. A importância da imagem na sociedade de informação

A imagem tem adquirido uma significativa importância nas mais diversas áreas da sociedade que procura incessantemente utilizar a imagem, não apenas como um trabalho fotográfico, mas como uma duplicação da realidade. Desta forma, pretende-se chegar com mais clareza aos consumidores das imagens, satisfazer as suas necessidades e criar deslumbramento, choque ou outro tipo de sentimento forte que, na verdade, uma imagem pode despertar.

Segundo Keene (2002:13), a imagem tem um enorme valor, visto que pode ser uma ferramenta essencial para comunicar com o leitor e, dessa forma, construir uma relação com este, chegando mesmo a ser uma estratégia de convicção. Além disso, a imagem dá uma maior credibilidade à notícia que suporta e ajuda o leitor na construção mental do cenário que serviu de base para determinada notícia, podendo ser ainda visto como material pedagógico. Este autor chega mesmo a reforçar a ideia de como a imagem pode ser o método capaz de enaltecer uma notícia, pois, além do fotógrafo, torna o leitor «um espectador privilegiado da História».

Citando Joly (2002:117), a imagem fotográfica permite gerar «um “novo pensamento” [...] uma nova maneira de encarar as relações desta com o mundo e o espectador, induzindo, aí também, uma forma interpretativa». Na verdade, o valor da imagem fotográfica é indiscutível e vai muito além de uma réplica. Para Guran (1992:15), a fotografia «é uma extensão da nossa capacidade de olhar», além disso, é uma ferramenta de representar a realidade, na medida em que, pelo rigor e pormenor que apresenta, constitui uma linguagem muito própria e que é impossível de confundir.

O documento fotográfico comporta um mecanismo de mediação visual, capaz de se articular com o texto e de criar conhecimento sobre dada realidade. Além disto, a imagem possibilita ao leitor sentir-se parte integrante da cena que está a ser descrita, na medida em que este, recebendo uma expressão visual, fica com a sensação de presença, isto é, a imagem fotográfica tem uma função muito particular que, resumidamente, passa por oferecer o leitor a possibilidade de «ver, através das imagens, situações e circunstâncias que efetivamente tomaram lugar na dimensão factual – funcionando como uma espécie de experiência de mundo emprestada» (SANTOS, 2009:1).

Segundo Santos (2009:6-7), a fotografia, em diversas situações, caracteriza-se por uma postura retórica, uma vez que impõe-se como uma estrutura com significado, isto é, como um suporte capaz de compreender em si significado, estabelecendo-se como um «postulado comunicacional, manifestação de um “querer dizer”». É neste sentido que a imagem distancia-se de manifestações apenas de apresentação e exposição, passando para o lado da análise e opinião em que a realidade pode ser não só mostrada como descrita, explicada e comentada. Desta forma, é possível considerar que a fotografia contém significados que são manuseados conforme o «direcionamento ideológico da informação».

2.3. O lugar do documento fotográfico nos arquivos

O documento fotográfico é, em inúmeros casos, uma das partes que compõem um arquivo, independentemente do conhecimento que este expõe ou da área que representa. Como unidades de informação que são, os arquivos desempenham um papel fundamental na

relação entre os utilizadores, o arquivo e os serviços que este possui, tendo, ainda, como motivação a resposta a todas as necessidades de informação que lhes são apresentadas.

É nesta base de estudo que Boccato e Fujita (2006:85) desenvolvem a problemática do lugar do documento fotográfico nos arquivos e a sua relação com as propriedades e os comportamentos da Ciência da Informação (CI). Segundo estas autoras, o documento fotográfico deve ser visto «como fonte de informação para a geração de conhecimento», uma vez que este cumpre um papel social fundamental que assegura a multiplicação de novos conhecimentos. Conhecimentos esses que contribuem para um crescimento sustentável da sociedade. Neste âmbito, os arquivos desempenham um papel de destaque e o seu cruzamento com a CI é evidente em variados casos, visto que, desta forma, é potenciado o estudo das diversas etapas que estão agregadas ao ciclo informacional e, também, aos mecanismos que permitem processar a informação, com vista a otimizar o acesso.

Também Manini (2002:80), na sua tese de doutoramento, desenvolve o tema da presença do documento fotográfico nos arquivos e da sua relação com a Ciência da Informação. Para esta autora, «a Ciência da Informação trabalha com representações», isto é, também os documentos imagéticos compõem a CI e as operações que esta ciência social desenvolve. Assim sendo, os arquivos são as unidades informacionais necessárias e fundamentais para a concretização do trabalho que é imperativo desempenhar com este tipo de registos.

Segundo Barthes (2012:35), a convergência dos meios de comunicação social não permitiu que, até à data, o documento fotográfico adquirisse um papel de destaque nos arquivos. Na verdade, a crescente produção fotográfica desencadeou a criação de agências fotográficas que se consideravam capazes de fazer a gestão de informação fotográfica que produziam, o que, na realidade, nem sempre, ou mesmo em poucos casos acontecia. Para o autor, a coerência visual deve ser proporcional à coerência da sua descrição e é esse o papel que os arquivos devem desempenhar, um papel de organização da informação eficaz, a curto e a longo prazo. Se um jornalista inclui na notícia uma fotografia, não é para ocupar um espaço em branco, mas porque desempenha um papel de comunicação tão importante como o texto escrito, então, o documento fotográfico, posteriormente à sua utilização, deve ser tão bem tratado como qualquer outra tipologia documental.

É possível considerar-se que os arquivos são uma das áreas em que o documento fotográfico se evidencia de forma sistémica. Quem o afirma é Lacerda (2012:284) que mesmo constatando este facto, não deixa de reforçar a ideia de que é necessário refletir sobre o aparente predomínio de documentos de carácter textual nos arquivos e de que forma são realizados o tratamento, a classificação e a descrição dos documentos fotográficos.

Falar do documento fotográfico implica falar da sua análise documental, uma vez que permite dissociar a denotação da conotação. Segundo Robledano Arillo (2000), a análise documental de imagens tem como finalidade a representação e, com isso, a recuperação de conteúdos através de atributos. Com isto surge a análise de conteúdo do documento fotográfico que, tendo em conta o que este autor descreve, é composto por três etapas, nomeadamente a leitura do conteúdo fotográfico, a síntese desse mesmo conteúdo e a sua representação.

Citando Boccato e Fujita (2006:98), «a análise documental é um processo instrumental» e é nesse sentido que a Ciência da Informação, através do seu carácter «multidisciplinar pós-

-moderna», deve incentivar que sejam definidas as orientações que levem ao acesso competente de imagens nos sistemas e nas unidades de informação. É seguindo esta ordem de ideias que surge o profissional de informação que vai «representar o conteúdo da imagem fotográfica para torná-la acessível – socialização do conhecimento – ao usuário». Assim sendo, o profissional de informação tem o intuito de procurar e obter as informações que vão de encontro às necessidades de pesquisa, bem como criar os serviços de referência capazes de concretizar as tarefas a que se propõe.

3. O arquivo fotográfico

3.1. A definição dos níveis de descrição nos arquivos fotográficos

A descrição de documentos de arquivos fotográficos contempla orientações particulares que auxiliam «uma maior transparência e enquadramento descritivo destes documentos» (PORTUGAL, 2011:31).

Tendo em conta as *Orientações para a Descrição Arquivística – ODA* (2011:76-78), os níveis de descrição têm como principal objetivo a identificação dos níveis de organização arquivística de determinada unidade de descrição, seja ela de que domínio seja. Estes níveis ajudam a entender o posicionamento das unidades de descrição na correspondente hierarquia, sendo que estes são:

- fundo: corresponde ao conjunto de documentos presentes no arquivo
- subfundo: corresponde à subdivisão do fundo
- secção: corresponde à subdivisão do fundo ou do subfundo
- subsecção: corresponde à subdivisão da secção
- série: corresponde a um conjunto de documentos que estão organizados conforme um sistema de arquivo e são conservados enquanto unidade
- subsérie: corresponde à subdivisão da série
- documento composto: corresponde a uma unidade organizada de um conjunto de documentos e que são agrupados, tanto para o uso do seu produtor, tanto para o trajeto de determinado processo de organização arquivística
- documento simples: corresponde à unidade arquivística mais pequena e que se caracteriza por ser intelectualmente indivisível

Além destes oito níveis de descrição apresentados pelas ODA, podem ser consideradas mais três, nomeadamente:

- grupo de fundos: corresponde ao conjunto de fundos que possuem natureza semelhante ou que é alusivo a matéria análoga

- coleção: corresponde ao conjunto de documento que são aglomerados de forma artificial em função de uma característica que lhes é comum
- unidade de instalação: corresponde a uma estrutura formada com o intuito de armazenar e garantir a salvaguarda da informação, independentemente do seu suporte ou nível de complexidade

De acordo com as ODA (2011: 77), são os níveis de descrição que potenciam a explicitação das relações que cada uma das unidades de descrição têm com as restantes, de ajuste com as regras da descrição multinível. Assim sendo, uma dada unidade de descrição pode depender hierarquicamente de algum outro nível superior, assim como níveis hierarquicamente inferiores, podem depender desta. Todavia, é de salientar que não é obrigatório que as diversas massas documentais reflitam todos os níveis de descrição. Também a SEPIA (*Safeguarding European Photographic Images for Access*) no seu relatório *SEPIADES: Cataloguing photographic collections (Safeguarding European Photographic Images for Access Data Element Set)* (2004) aborda o tema dos níveis de descrição de coleções fotográficas, fornecendo modelos e ferramentas que considera importantes na definição de níveis de descrição e na preservação fotográfica.

3.2. Os arquivos fotográficos em Portugal

Os arquivos fotográficos desempenham um papel fundamental na salvaguarda do património físico e intelectual dos documentos fotográficos, contribuindo para a sua gestão, que inclui o estudo, o tratamento, a organização e a preservação das fotografias.

Em Portugal, é possível enumerar diversos arquivos fotográficos que desempenham um valioso trabalho diário, na tentativa de enfatizar a importância dos documentos fotográficos e de assegurar os seus ciclos de vida. Por norma, um arquivo fotográfico detém acervos fotográficos de âmbitos variados (conforme a sua área ou interesse temporal). Os espólios dos arquivos fotográficos podem ser formados por negativos e positivos originais, fotogramas e outros tipos de formatos fotográficos que, no seu conjunto, constituem um património documental rico e valioso.

Parte da cultura portuguesa é composta pelos documentos fotográficos existentes nos mais diversos e prestigiados arquivos fotográficos de Portugal. Embora o número seja largo, de seguida apresentar-se-ão aqueles que são vistos como alguns dos mais conceituados arquivos fotográficos portugueses.

- *Arquivo Municipal Fotográfico de Lisboa*: este arquivo contém um espólio correspondente à história da cidade de Lisboa que data de 1850 até à atualidade. O valor patrimonial deste espólio é imenso e único, sendo que no seu conjunto é possível identificar fotografias de leilões, doações, legados e imagens da cidade. Este arquivo foi a primeira instituição que se dedicou à preservação de coleções referentes à memória fotográfica Lisboeta ao nível das congéneres internacionais. O núcleo de fotografias deste arquivo contém cerca de 600 mil exemplares, entre os quais é possível destacar o Fundo Antigo (realizado entre 1898 e 1908), os acervos Luís Pavão, Daniel Blaufuks, Eduardo Portugal, etc.

- *Arquivo de Documentação Fotográfica*: este arquivo trabalha no âmbito de coleções fotográficas sobre a história de museus, palácios e imóveis ligados à Direção Geral do Património Cultural. As atividades centrais deste arquivo passam pela inventariação, salvaguarda, conservação, preservação e pelo tratamento das suas coleções que são de extrema importância na história da arte e fotografia no domínio português. Entre as milhares de obras que constituem este arquivo fotográfico podem referenciar-se as de Frederick William Flower, Augusto Bobone, San Payo, Silva Nogueira, entre outros.
- *Arquivo Fotográfico da Agência Lusa*: este arquivo possui fotografias sobre os factos mais relevantes da história, na área do desenvolvimento regional e local, desporto, lazer e estilo de vida, interesses humanos, crime, direito, entretenimento, ambiente, política, sociedade, diplomacia, economia, cultura, cidadania, ciência e tecnologia, crenças e religiões, justiça, educação e arte. Sendo um arquivo anexo a uma instituição noticiosa, o seu espólio é correspondente às notícias e às investigações desenvolvidas no âmbito do trabalho diário da Agência Lusa e de outras agências internacionais, sendo que este arquivo já conta com mais de um milhão e meio de imagens desde 1920.
- *Arquivo Fotográfico Fundação Calouste Gulbenkian*: este arquivo está, essencialmente, dedicado a documentos fotográficos voltados para as artes visuais de Portugal. O espólio é constituído por 180 coleções que na sua soma totalizam uma média de 180 mil registos.
- *Arquivo Fotográfico da Cinemateca Portuguesa*: este arquivo possui, maioritariamente, fotogramas derivados de múltiplos filmes e caracteriza-se por ser exclusivamente online, sendo que a sua criação data de 2011. O arquivo possui um catálogo com pesquisa por navegação ou através de índices e que dão acesso à coleção digital. Os registos fotográficos da Cinemateca Portuguesa estão, também, disponibilizados nos portais Europeana e European Film Gateway. O objetivo deste arquivo passa por ampliar a representação e o acesso ao património fílmico que se encontra preservado pela Cinemateca Portuguesa e que, neste momento, possui fotogramas de mais de 400 filmes de produção portuguesa, de não-ficção e que tenham sido produzidos entre os anos de 1896 e 1931.
- *Arquivo Fotográfico do Centro Português de Fotografia*: este arquivo encontra-se à alçada do Ministério da Cultura, mais particularmente da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e reúne coleções de âmbitos diversos e que foram originalmente reunidas por pessoas ou entidades específicas. Embora o espólio seja alargado, é possível destacar a Coleção Nacional de Fotografia que agrega diversos processos fotográficos e movimentos representativos do surgimento fotográfico, através do trabalho de vida de vários fotógrafos.
- *Espólio Fotográfico Português*: este espólio comporta um conjunto de negativos que têm origem no estúdio Fotografia Beleza, estúdio esse que esteve localizado na cidade do Porto desde o início do século XX e que exibia retratos da alta sociedade do Norte. O Espólio Fotográfico Português conta com aproximadamente 600 mil registos.

4. A linguagem controlada no tratamento de informação de documentos fotográficos

Falar de tratamento de informação é, também, falar da necessidade de criar uma consciencialização da utilização de léxico controlado. O caso da imagem não é exceção e estas devem possuir mecanismos de controlo linguístico e vocabular, uma vez que as terminologias utilizadas, na verdade «são a transposição do que existe» (MENDES e SIMÕES, 2002:15).

Para Ribeiro (1996:64), a utilização ou não de uma linguagem controlada tem implicações diretas no processo de indexação, nomeadamente na fase de representação dos conceitos e de recuperação da informação. É necessário distinguir aquela que é a linguagem natural, usada pelos autores dos documentos, caracterizando-se como sendo uma linguagem simples e livre, sem restrições e controlo, e a linguagem controlada, que deve ser realizada conscientemente e tem um objetivo muito claro: o armazenamento e a recuperação da informação.

Assim sendo, pressupõe-se que o vocabulário utilizado seja alvo de controlo e restrito a um concentrado número de termos. Na verdade, não existe um vocabulário específico para a representação de conceitos e embora este deva ser, efetivamente, controlado, não pode afastar-se do conteúdo original do documento em análise, no caso deste tipo de arquivos, o documento fotográfico.

Para Gorman (2003:13), o controlo vocabular é vital para as práticas informacionais, seja para o registo de formas padronizadas de pontos de acesso, para garantir a agregação de todos os registos para o mesmo ponto de acesso, para documentar as decisões tomadas e as fontes do ponto de acesso, ou para habilitar registos de catálogo padronizador. Este autor, no seu artigo *Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment* (2003:12), chega mesmo a concluir que a ordem, lógica, objetividade, precisão e consistência são os mecanismos capazes de garantir que a terminologia utilizada no tratamento de informação é a correta e a que implicará uma representação e recuperação eficientes e de acordo com as necessidades informacionais.

Também Lancaster afirma que o uso de um vocabulário controlado é essencial no processo de recuperação. No seu artigo *Vocabulary control for information retrieval* (1986), chega mesmo a dizer que o ciclo informacional tem que incluir o processo de definição de termos e conceitos e que essa seleção não pode ser deixada a cargo de um mero utilizador, cabe sim ao profissional de informação averiguar os termos que condizem com o documento em causa e, posteriormente, utilizar meramente terminologia que saiba que será capaz de recuperar esse documento, mesmo que a pesquisa seja pouco profunda.

Segundo Ribeiro (1996:65), a criação de um léxico controlado e estruturado implica que sejam incluídas relações semânticas entre os termos de indexação definidos. Desta forma, as vantagens são duplicadas, isto é, a indexação é facilitada e os utilizadores saem beneficiados, pois recebem auxílio para a pesquisa, devido às relações estabelecidas entre os termos, constituindo, assim, um instrumento eficiente no apoio às estratégias intrinsecamente ligadas à pesquisa. Com isto é possível entender que, além das vantagens já apresentadas, a utilização de uma linguagem controlada oferece uma indexação mais expedita e confiável.

Também para Mendes e Simões (2002:15), o processo de pesquisa tem uma relação muito próxima com a linguagem controlada, uma vez que este não deve acontecer com a utilização de palavras-chave, pois estas irão conduzir a um conjunto de registos com vocabulário incoerente e com equívocos. Para as autoras este método é «um presente envenenado», uma vez que, desta forma, o utilizador é direcionado para um conjunto excessivo e, muitas vezes, vazio de informação, ficando ainda, sujeito à eventualidade de combinações pobres. Portanto, é possível afirmar que a linguagem controlada cruza-se repetidamente com a problemática das fontes de informação e dos métodos de pesquisa que estes comportam, seja através do uso de terminologias específicas, seja através de determinadas operações combinatórias.

A linguagem controlada também pode constituir uma ferramenta valedoura na simplificação da descrição da informação e do processo que envolve esta. O uso de uma linguagem controlada na descrição da informação vai definir, estreitamente, qual o vocabulário que pode ser admitido para cada um dos documentos em análise. Se, tal como foi mencionado anteriormente, a linguagem potencia a recuperação de informação, pode ser também contributiva nas práticas de indexação e de categorização.

Quando se expõe a problemática da utilização ou não de linguagens controladas surge questões interpretativas, lexicais e semânticas e as variações e ambiguidade que podem ser evitadas. Explorando as variações mais significativas neste âmbito, erguem-se as variações conceptuais e as sociais. A primeira está diretamente relacionada com a diversidade interpretativa do léxico e, a segunda, com a diversidade no uso corrente de expressões lexicais. Ambas, frequentemente, são limitações encontradas quando o assunto se debruça sobre o tratamento de informação, pois, não é comum seguir um protocolo vocabular durante a descrição da informação, mas sim uma linguagem natural e, em variados casos, quase que intuitiva por parte do profissional de informação. Com isto não se quer fomentar a ideia de que o tratamento de informação, nomeadamente a descrição de informação, no que concerne ao vocabulário empregado deve seguir uma lógica de palavras, expressões ou conceitos padronizados, com características estanques e invariáveis. Todavia, deve existir coerência e uma espécie de conduta para que se evitem erros, desvios, dificuldades na pesquisa e no acesso à informação, expansão do significado atribuído ao léxico e desconhecimento deste.

5. Conclusão

Dado por terminado o estudo relativo à posição do documento fotográfico na Ciência da Informação, sobretudo nos arquivos fotográficos é possível refletir sobre alguns aspetos.

Em primeiro lugar, destacar a importância do estudo do tratamento técnico da imagem no domínio da Ciência da Informação. A verdade é que esta problemática ainda não é vastamente analisada e esta análise serviu, precisamente, para criar uma maior consciencialização de que todas as tipologias documentais devem ter uma posição igual, no que toca ao seu tratamento e valorização. Mais ainda quando é visível que as novas tecnologias ocupam, cada vez mais, um lugar de destaque na sociedade de informação. Se, por um lado, estas novas tecnologias são meios facilitadores de capacidades como a interoperabilidade, por outro, podem propiciar a banalização de determinadas tipologias

documentais, como a fotografia que hoje em dia é facilmente produzida e reproduzida através dos diversos dispositivos existentes.

Em segundo lugar, é necessário não deixar de reforçar a ideia do valor da terminologia e da grafia nas tarefas que envolvem, não só, o tratamento da imagem, mas em todas as práticas que envolvem a gestão da informação, de um modo geral. O controlo vocabular permite que os resultados alcançados, nomeadamente no que diz respeito à representação e recuperação da informação, sejam mais favoráveis, pois através de práticas linguísticas constantes a normalização é mais facilmente atingida e, por consequência, a relação do utilizador com a informação disponível ganha uma nova conexão.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland

2012 *A Câmara clara*. Lisboa: Edições 70, 2012.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes

2006 Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 2 (2006) 84-100.

GORMAN, Michael

2003 Authority control in the context of bibliographic control in the electronic environment. In INTERNATIONAL CONFERENCE ON AUTHORITY CONTROL, Florence, 2003 – *Definition and international experiences*. Florence, 2003.

GURAN, Milton

1992 Linguagem fotográfica. In *Linguagem fotográfica e informação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, 15-22.

HENRIQUE, Sónia Isabel Duarte Pereira

2010 *O Lugar da fotografia nos arquivos: uma proposta de reavaliação*. 2010. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

LACERDA, Aline Lopes de

2012 A Fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. *História, Ciências, Saúde*. 19:1 (2012) 283-302.

LANCASTER, Frederick Wilfrid

1986 *Vocabulary control for information retrieval*. 2nd ed. Arlington: Information Resources Press, 1986.

MANINI, Miriam Paula

2002 *Análise documentária de fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2002

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça

2002. *Indexação por assuntos: princípios gerais e normas*. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002.

PORTUGAL. Direção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivos

2011 *Orientações para a descrição arquivística*. 3ª ed. Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2011.

RIBEIRO, Fernanda

1996 *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Câmara Municipal, Departamento de Arquivos, 1996.

ROBLEDANO ARILLO, Jesús

2000 Documentación fotográfica en medios de comunicación social. In *Manual de documentación informativa*. Madrid: Cátedra, 2000, p. 183-290.

SANTOS, Ana Carolina Lima

2009 A Ilustração fotográfica como recurso retórico : um olhar sobre a fotografia no jornalismo de revista. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba*. 2 (2009).

SERÉN, Maria do Carmo

2013 O Documento fotográfico: da mediação cultural à mediação técnica. *CEM: revista do CITCEM*. Porto. (2013) 183-192.

Joana Sousa Rodrigues | joanasousarodrigues.14@gmail.com

Universidade do Porto – Faculdade de Engenharia